

Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville

Júnia Ferreira Furtado

RESUMO

Este artigo aborda as conexões que se estabelecem no século XVIII entre a guerra e a diplomacia, de um lado, e, de outro, a cartografia, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714) e do Tratado de Utrecht que veio pôr fim aos diferendos surgidos. Toma como ponto de partida a colaboração estabelecida entre o diplomata português dom Luís da Cunha e o geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, para a elaboração da *Carte de l'Amérique méridionale*, de 1748, com o objetivo de nortear as negociações de fronteiras entre Espanha e Portugal de seus territórios na América.

Palavras-chave: guerra, diplomacia, cartografia, Luís da Cunha, D'Anville.

ABSTRACT

*This paper analyses the connections among diplomacy, war and cartography, in the context of the War of Spanish Succession (1702-1714) and of the Utrecht Treat that solved the dispute among the European nations. The point of depart is the *Carte de l'Amérique méridionale* (1748), by the French geographer Jean Baptiste Bourguignon D'Anville in collaboration with the Portuguese Ambassador dom Luís da Cunha. The map was produced in order to be use in the negotiation between Portugal and Spain to establish a new frontier in South America.*

Keywords: war, diplomacy, cartography, Luís da Cunha, D'Anville.

O mapa e seus autores¹

Em Madri caía a noite de 18 de agosto de 1747 quando um apressado viajante adentrou os muros da cidade. Estava empoeirado e cansado depois de uma viagem acelerada desde Paris, pois o seu encargo era levar com rapidez a correspondência de dom Luís da Cunha, famoso embaixador de Portugal que, na primeira metade do século XVIII, servira nas mais diversas cortes europeias, e que então ocupava o posto na França². O correio trazia as cartas por ele enviadas ao visconde de Vila Nova de Cerveira, embaixador português na Espanha. Junto a estas, bem preso às costas, ainda trazia, com o maior cuidado, como antes de partir lhe advertira dom Luís, um canudo de papelão. No seu interior, estava um mapa manuscrito da América do Sul, que vinha acompanhado de uma carta, ambos de autoria de Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, então geógrafo do rei da França.

Tratava-se de um manuscrito da *Carte de l'Amérique Méridionale* (Mapa 1)³, produzida para o uso privado do duque de Orleans⁴, que retratava o continente de forma elaborada e detalhada, e que seria impressa em 1748, tendo sofrido, a partir desse ano, sucessivas reimpressões, que acrescentaram pequenas modificações. Esta carta havia sido produzida em estreita colaboração com o embaixador dom Luís da Cunha⁵.

Dom Luís da Cunha foi figura emblemática da política interna e externa de Portugal na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de dom João V. A serviço da Coroa, viveu quase toda a sua vida no estrangeiro, servindo como embaixador nas grandes cortes da Europa e participando, direta ou indiretamente, dos grandes acordos diplomáticos de seu tempo. Era um homem instruído, grande observador e crítico da realidade, advogando uma transformação na inserção de Portugal na orquestra política das nações europeias e também na sua relação com suas conquistas ultramarinas, especialmente com o Brasil. Apesar de distante do reino, o embaixador manteve intensa e ininterrupta correspondência com os principais artífices e pilares da política portuguesa de seu tempo, municiando-os com seus conselhos. A partir de sua visão de mundo e acreditando ser um oráculo de dom João V⁶, buscou fundar toda uma agenda a ser seguida por Portugal nos anos vindouros. Entre tantos temas, seus escritos propunham um redimensionamento do papel do Brasil no interior do império⁷. Parte dessa tarefa significava ter um melhor conhecimento da geografia dessa conquista e, para isso, contribuiu para a produção de mapas mais precisos. É neste contexto que se insere a *Carte de l'Amérique méridionale*.

Em 1802, no elogio escrito à *Notice des Ouvrages de M. D'Anville*, o barão Joseph Dacier afirmou que D'Anville era reconhecido pelos *savants* e viajantes de seu tempo, como oráculo da Geografia. Atestando sua enorme contribuição, a *Notice* atribuía como de sua autoria mais de 211 mapas manuscritos e impressos e 23 obras sobre essa ciência⁸. Parte significativa da comunidade intelectual, para além da França e de seu próprio tempo, ressaltou o importante papel que desempenhou nesse campo de conhecimento. Condorcet (1743-1794) foi um dos que afirmou “que todas as nações concordam em considerá-lo o primeiro geógrafo da Europa”⁹. D'Anville era um geógrafo de gabinete. Isto é, nem imprimia mapas, nem realizava as medições dos terrenos que representava em suas cartas. Seu papel na rede de profissionais envolvidos com a feitura dos mapas era a de compilar todas as informações geográficas disponíveis, coletadas por outros, submetê-las à sua crítica severa, e, a partir delas, traçar a carta que seria, então, impressa e comercializada por terceiros¹⁰.

Foi na *Carte de l'Amérique Méridionale* que estes dois oráculos – dom Luís da Cunha, mestre na arte da política e da diplomacia, e D'Anville, hábil no exercício da geografia – se encontraram. O geógrafo queria que seu mapa contribuísse para o maior conhecimento do território sul-americano e o embaixador pretendia que servisse para subsidiar as negociações diplomáticas, em curso em Madri, com vistas a definir as fronteiras entre Portugal e Espanha na América, que se encontravam em litígio desde a Guerra da Sucessão Espanhola. Tendo esse mapa como ponto de partida e de chegada, este artigo busca discutir as vinculações entre, de um lado, a cartografia e, de outro, a guerra e a diplomacia, tendo como pano de fundo a Guerra da Sucessão Espanhola.

Júnia Ferreira Furtado



Mapa 1 – *Carte de l'Amérique méridionale*, D'Anville. Acervo Pessoal.

A Guerra da Sucessão Espanhola

O século XVIII iniciou-se e foi marcado pela deflagração da Guerra da Sucessão Espanhola. O conflito, que se estendeu entre 1702 a 1714, envolveu a maioria das nações da Europa ocidental, e foi resultante do confronto entre os Bourbons e os Habsburgos pelo trono da Espanha. Sob seu pano de fundo, no entanto, várias outras questões emergiam: a rivalidade entre a França e a Inglaterra pela

hegemonia mundial, as disputas das nações europeias pelo controle dos espaços coloniais e pelo comércio transoceânico, especialmente os auferidos com o tráfico de escravos¹¹.

A falta de um herdeiro direto para o trono espanhol levou Carlos II, depois de examinar várias possibilidades de sucessão, a legar a Coroa, em testamento, a Filipe de Bourbon, duque de Anjou, neto de Luís XIV, mas que era também herdeiro presuntivo da França. Em janeiro de 1701, as cortes espanholas, reunidas em Madri e Barcelona, reconheceram o duque como seu novo rei, nomeado Filipe V. Preocupados com uma possível união franco-espanhola, pois a sucessão francesa por primogenitura não estava ainda de todo assegurada¹², Áustria, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca e vários principados alemães estabeleceram, no Tratado de Haia, em setembro desse mesmo ano, a Grande Aliança. O aumento da tensão entre as partes deflagrou a guerra que se iniciou pelo norte da Itália e, nos 11 anos seguintes, alastrou-se pelos principados alemães, Países Baixos, norte da França e Península Ibérica, envolvendo quase todas as nações do continente¹³.

A posição inicial de Portugal foi favorável à pretensão dos Bourbons. Sob a batuta do então embaixador na França, José da Cunha Brochado, em 18 de junho de 1701, Filipe V foi reconhecido rei de Espanha. Mas, a reação inglesa foi imediata. Em setembro do ano seguinte, às instâncias do embaixador John Methuen, esse tratado foi anulado¹⁴ e outro foi estabelecido com a Inglaterra. Seu texto previa que Portugal teria direito a vários territórios na fronteira com a Espanha, na Extremadura e na Galícia, e sobre a Colônia do Sacramento na foz do rio da Prata¹⁵, o que refletia seus desejos expansionistas tanto na Europa, quanto na América. Em dezembro de 1703, solidificando mais ainda a aliança anglo-portuguesa, foi assinado um acordo de comércio, que acabou conhecido sob o nome do embaixador inglês – o Tratado de Methuen. Tanto esse acordo comercial, quanto a aliança defensiva e ofensiva dividiram a elite dirigente portuguesa, o que se refletiu no Conselho de Estado, que se cindiu entre pró-franceses e pró-ingleses. Dom Luís da Cunha foi um ácido crítico das vantagens comerciais concedidas à Inglaterra.

Como temera Brochado, a mudança de rumo da política externa portuguesa levou o palco da guerra para o seu território, tanto na Europa, quanto em diversas praças do império, especialmente a América. Em janeiro de 1704, de acordo com Joaquim Veríssimo Serrão,

as tropas franco-espanholas atacaram em força a Beira e o Alentejo, tomando sem resistência Salvaterra, Segura e Zibreira, enquanto Monsanto e Idanha-a-Nova o foram de assalto. (...) Não tardou em cair Castelo Branco, (...) depois Portalegre e Castelo de Vide. Na parte norte do Tejo também Penamacor foi assediada¹⁶.

Na América, o alvo dos espanhóis foi a Colônia do Sacramento, que havia sido estabelecida em 1680, na margem setentrional do rio da Prata, por uma expedição portuguesa capitaneada por dom Manoel Lobo, então governador do Rio de Janeiro. Em 1704, o governador de Buenos Aires, dom Afonso Valdpes Inclán, recrutou suas tropas regulares, auxiliadas por mais 4.000 índios aldeados e, em outubro, estabeleceu um cerco em torno da fortaleza, que pretendia levar seus moradores à fome e à rendição. Os ataques de artilharia foram intermitentes, até que, em março de 1705, o governador Sebastião Veiga Cabral abandonou a fortaleza, levando as tropas portuguesas ali aquarteladas, os moradores civis, além das armas e munições que conseguiu embarcar na esquadra que foi enviada para resgatá-los¹⁷. As negociações luso-espanholas no Congresso de Utrecht (1712-1715), tendo os ingleses como mediadores, foram custosas e demoradas¹⁸. No que dizia respeito à Europa, Portugal e Espanha basicamente devolveram uma à outra as praças conquistadas. Quanto à América, versaram não só sobre a questão da Colônia do Sacramento, que foi devolvida aos portugueses, mas também sobre a restituição de navios portugueses que haviam sido presos em Buenos Aires, acusados de contrabando.

As fronteiras da América meridional

O processo de produção da *Carte de l'Amérique Méridionale* se insere nesse amplo contexto de renegociação das fronteiras entre Portugal e Espanha, que estavam definidas, desde 1494, pelo Tratado de Tordesilhas. Porém, ao longo dos dois séculos seguintes, a ocupação desses territórios não se deu de forma tão homogênea como previra o Tratado. Assim, no século XVIII, os limites entre as duas Coroas estavam em litígio tanto na América do Sul, quanto no mar do Sul (Oceano Pacífico), como foi o caso das Molucas. À medida que este século avançava e Portugal interiorizava o povoamento do Brasil, o Tratado de Tordesilhas se tornava um embaraço cada vez maior para seus propósitos de soberania na América. Ao estabelecer a divisão das novas terras americanas, banhadas pelo Oceano Atlântico, entre as duas Coroas, a partir de uma linha imaginária posicionada a 370 léguas a oeste de uma ilha não especificada do arquipélago de Cabo Verde, Tordesilhas atribuía à Espanha o domínio do centro-oeste da América, que vinha sendo sistematicamente desbravado e ocupado pelos portugueses. A imprecisão da localização do Meridiano punha em dúvida as fronteiras exatas entre as duas Coroas no norte do Brasil – nas bacias dos rios Amazonas, Tocantins e seus afluentes; já no extremo sul, a disputa ficava centrada junto ao rio da Prata, onde se localizava a Colônia do Sacramento. A questão da Colônia do Sacramento foi a pedra de toque das negociações portuguesas e espanholas na primeira metade do século XVIII. Luís Ferrand de Almeida afirma que, com a ativa participação de dom Luís da Cunha, “o problema foi longamente tratado pelos representantes de Portugal em Madri e também noutras cortes, como Viena e Paris, mas sem conseguirem alterar a posição espanhola”¹⁹.

A imprecisão da posição do meridiano de Tordesilhas, o real povoamento que as duas potências ibéricas estabeleceram nas terras descobertas e as disputas em torno dessas regiões limítrofes na América fizeram surgir em Portugal uma corrente de defensores favoráveis a que os limites entre as duas potências no continente americano e no Oceano Pacífico fossem renegociados em conjunto, posição sistematicamente defendida por dom Luís da Cunha nas diversas negociações em que representou Portugal após a Guerra da Sucessão Espanhola (especialmente durante os Tratados de Utrecht, Cambrai, Breda e Aquisgrán). A Colônia do Sacramento, ocupada pelos portugueses, e as Molucas, no Oceano Pacífico, que haviam sido (injustamente) compradas dos espanhóis, segundo dom Luís da Cunha, seriam as duas grandes moedas de troca entre as duas nações, opinião compartilhada pelo geógrafo francês D'Anville, em parecer que escreveu a seu pedido sobre o tema²⁰. Esse processo de renegociação das fronteiras luso-espanholas culminará em 1750 com o estabelecimento do Tratado de Madri.

Foi no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola e das negociações que lhe seguiram – que também versaram sobre as fronteiras entre Portugal e Espanha – que dom Luís da Cunha se tornou cômico da necessidade de construir uma base cartográfica sólida que permitisse a Portugal tomar a dianteira perante a Espanha no processo de negociação das suas fronteiras na América. Por esta razão, também tomou para si a incumbência de contribuir para a produção de uma cartografia da América Portuguesa, estabelecendo a partir de 1724, quando residia em Paris, uma profícua colaboração com D'Anville, cuja *Carte de l'Amérique Méridionale*, é a culminância desse processo. Este foi o primeiro mapa a propor um formato triangular do Brasil, bastante semelhante à feição atual. Nesse sentido, é preciso ficar atento para o fato de que, ao contrário do que usualmente se pensa, não raro, é o mapa que precede o território e não o contrário: esse processo pode-se observar claramente nesse mapa, que constrói uma imagem da América Portuguesa, propondo novos limites de fronteiras, que não correspondiam à realidade da época. D'Anville dava expressão cartográfica às pretensões geopolíticas de dom Luís da Cunha que procurava conformar o território americano de acordo com o que acreditava ser do interesse de Portugal. Nessa perspectiva, observa-se como os mapas podem ser uma arma importante de persuasão política, tanto no contexto das negociações diplomáticas, quanto das guerras que as precedem. Neste artigo, o enfoque se dará na utilização da cartografia no teatro da Guerra da Sucessão Espanhola e na negociação

em Utrecht que, pela via da diplomacia, tentou solucionar os diferendos territoriais então surgidos, apontando para a transitividade entre a guerra e a diplomacia com a cartografia.

Guerra e cartografia

No século XVIII, mapas estavam em todas as partes²¹. Sustentavam as guerras com suas campanhas militares, as negociações diplomáticas que se seguiam àquelas, as viagens de exploração das terras desconhecidas, os empreendimentos comerciais ou de prospecção mineral, entre outros fins nos quais eram empregados. Havia um conjunto vasto de temas que poderiam ser mais bem visualizados por meio da linguagem cartográfica, como batalhas, movimentações militares, sítios e fortalezas; por isso, uma das aplicações mais antigas da cartografia era a guerra. Por esta razão, a produção de conhecimento geográfico e a confecção de mapas sempre foram fortemente apoiadas pela Coroa portuguesa. Esta proteção se materializou na precoce criação do cargo de cosmógrafo-mor, responsável por promover o desenvolvimento do conhecimento cosmográfico que permitisse a realização das viagens náuticas. Isso significava fazer observações astronômicas, produzir cartas e portulanos²², desenvolver instrumentos astronômicos e marítimos, ensinar e preparar os cosmógrafos.

Luis Serrão Pimentel (1613-1679) foi o grande representante de uma linhagem de grandes cosmógrafos portugueses a serviço do Estado, tendo reunido “os empregos de cosmógrafo-mor do reino, engenheiro-mor do reino e tenente general da artilharia”²³. Observa-se nas suas qualificações como engenheiro e tenente de artilharia que, inicialmente, a atividade de cosmógrafo abarcava também produzir conhecimentos úteis às atividades militares, tais como planejar fortificações, armamentos e produzir mapas para auxiliar o deslocamento de tropas pelo território. Luís Serrão Pimentel ocupava o cargo quando se deu a Restauração portuguesa, em 1640. A necessidade de organizar a defesa do reino para resistir às tentativas de recolonização espanhola se tornou premente. Para melhor preparar um corpo de técnicos especializados, “logo nas cortes reunidas em 1641, [Pimentel] propõe a criação de uma aula de fortificação e arquitetura militar na Ribeira das Naus em Lisboa”²⁴.

Como no restante da Europa, a progressiva especialização do conhecimento cosmográfico, separado do geográfico, também levou em Portugal à divisão do cargo. Foi assim que Luís Serrão Pimentel, proprietário em caráter hereditário, no terceiro quartel do século XVII, “o dividiu entre seus dois filhos: Manoel e Francisco. O primeiro ficou como cosmógrafo e lente da aula de Navegação, o segundo como engenheiro e lente da aula de Matemática”²⁵. A partir deste momento cosmografia e engenharia tornaram-se atividades relativamente distintas em Portugal, mas fortemente conectadas (inclusive pelos laços familiares dos detentores dos cargos de cosmógrafo-mor e engenheiro-mor). Ao primeiro coube principalmente os conhecimentos relativos à navegação marítima e ao segundo, os da arte militar e do território, ambos cada vez mais sob o primado da matemática e da geometria²⁶.

Monarca ilustrado, dom João V (1706-1750) promoveu uma série de reformas em seu reinado. Uma delas abrangeu a reorientação na formação de engenheiros militares, com a criação da Aula Régia de Fortificação Militar em Lisboa. Os engenheiros militares eram os principais encarregados de produzir uma cartografia de Estado e a Aula Régia formava os engenheiros segundo os mais novos métodos nas áreas de construção de fortificações, de artilharia militar e da cartografia, constituindo um conhecimento cada vez mais dominado pela geometrização e a matematização do mundo. Consoante com as novas observações e medidas tomadas diretamente no território, utilizava instrumentos cada vez mais modernos e aperfeiçoados. Acompanhando essa mesma tendência de especialização do conhecimento e universalização de seus métodos, aulas régias de geografia, voltadas principalmente para as atividades militares, foram criadas em várias cortes europeias nessa mesma época.

O engenheiro Manoel Azevedo Fortes foi escolhido o primeiro regente da Aula Régia de Fortificação Militar em Lisboa e, sob proteção régia, publicou manuais técnicos que pretendiam orientar

a formação dos engenheiros na maneira adequada de produção das cartas, com vistas à uniformização das técnicas e uma linguagem mais universal²⁷. Seus dois livros intitulam-se *Tratado do modo o mais fácil de fazer as cartas geográficas assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças* (1722) e *O Engenheiro português* (1729)²⁸. Estes manuais pretendiam normatizar as formas de representação do espaço, sugerindo, entre outros tantos temas, a adoção de símbolos geográficos mais esquemáticos, as maneiras apropriadas e os instrumentos adequados para a tomada das medidas dos terrenos, as formas como deveriam ser coloridos os mapas e a maneira ideal de representar os acidentes geográficos²⁹. No contexto da criação da Academia Real da História Portuguesa, Azevedo Fortes foi nomeado pelo rei para se ocupar das questões de Geografia, reflexo da importância desse conhecimento para a escritura da História. Afinal, esta se desenrolava no interior de um espaço imperial que precisava ser mais bem conhecido – tanto o reino, quanto as conquistas ultramarinas –, sendo a confecção dos mapas um importante instrumento para sua realização³⁰.

Apontando para essa associação entre guerra e mapas, tendo como palco a Guerra da Sucessão Espanhola, D'Anville desenhou um mapa das operações militares portuguesas que ocorreram entre Almeida, em Portugal, e Ciudad Rodrigo, na Espanha. A carta (Mapa 2), intitulada *Carte des opérations militaires dans la région située entre Alcantara et Almeida, autour de Ciudad Rodrigo*³¹, ilustra o recuo progressivo do acampamento espanhol, o avanço das tropas portuguesas comandada pelo 4.º marquês das Minas, dom Antônio Luís de Sousa, em direção ao território de Espanha, e o sítio montado ao redor de Ciudad Rodrigo, a partir de 2 de maio de 1706. Este foi um episódio marcante na Guerra, pois nos dois anos anteriores, desde a entrada de Portugal no conflito, as operações militares haviam sido caracterizadas pelo avanço dos espanhóis sobre seu território, o que devastou as províncias das Beiras e do Alentejo.

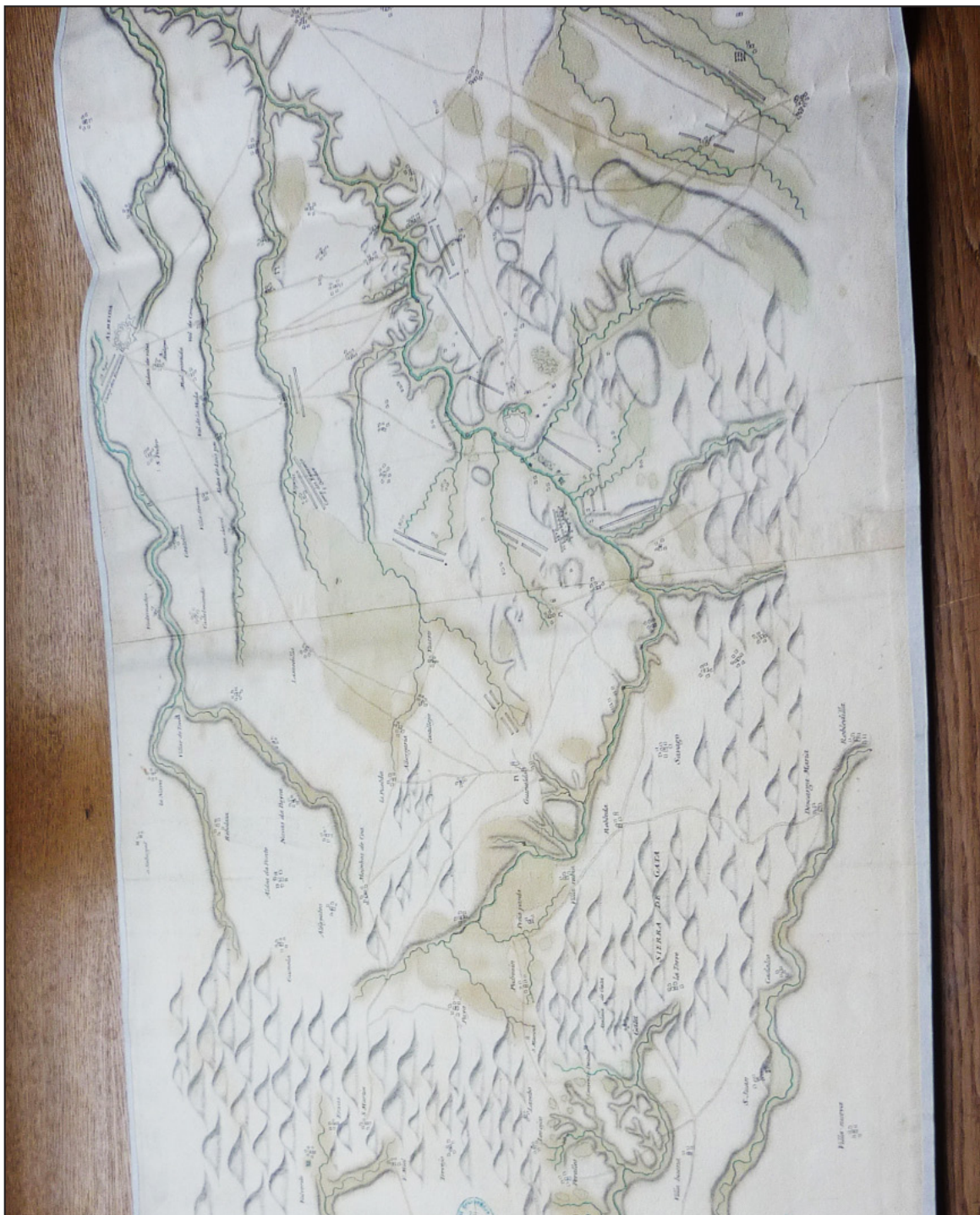
As forças militares chefiadas pelo marquês, que mobilizaram um efetivo de 30.000 soldados entre portugueses, holandeses e ingleses, depois de reasssegurar as praças portuguesas nas Beiras, avançaram sobre o forte de Sarça (grafada Zarça no mapa), e ocuparam a imponente fortaleza de Alcântara, em abril de 1706³². A entrada em Ciudad Rodrigo, que ocorreu a 26 de maio, foi determinante na mudança da direção da guerra:

A campanha de 1706 foi triunfal para os portugueses que, sob o comando do marquês das Minas, avançaram pelo território espanhol, entrando pela atual província de Cáceres em abril, sucessivamente conquistando Alcântara, Plasencia, Almaraz, recuando depois até Coria, seguindo daí até Ciudad Rodrigo³³.

A tomada dessa praça foi o ponto de partida para a conquista de Madri, o que ocorreu em 28 de junho. Na capital, o arquiduque Carlos foi simbolicamente proclamado rei pelos invasores.

Orientado no sentido leste-oeste, o mapa de D'Anville retrata, como era usual na cartografia militar, o teatro da guerra em torno de Almeida, na fronteira, onde se desenrolaram importantes operações. Dispõe as fortificações espalhadas pelo território (Alcântara, Zarca (sic), Salvaterra, Segura, Coria, Monsanto, Almeida), bem como o relevo e os principais acidentes geográficos (destacam-se os rios Erxas, Alagon, Águeda, Azaba, e a Serra da Gata), além das estradas e núcleos urbanos e, finalmente, as colunas, os destacamentos e os acampamentos de ambas as tropas que se deslocam pelo território. É visível o recuo das tropas espanholas que, em setembro de 1705, se encontravam às portas de Almeida e que, em 1.º de outubro, haviam recuado até Espeja, já em território espanhol. Também é possível observar os contingentes portugueses que se aproximam de Ciudad Rodrigo e organizam o cerco em torno da imponente fortaleza que protegia a cidade, junto ao rio Águeda. Trata-se, provavelmente, de uma ainda desconhecida colaboração entre D'Anville e dom Luís da Cunha que tem o objetivo claro não só de mapear os combates, mas de enaltecer as habilidades militares do marquês das Minas e o poderio bélico de Portugal na guerra, o que se torna evidente pelo momento escolhido para ser retratado: exatamente quando suas tropas adentram o território espanhol.

Júnia Ferreira Furtado



Mapa 2 – *Carte des opérations militaires dans la région située entre Alcantara et Almeida, autour de Ciudad Rodrigo*, D'Anville. BNF. DCP. Ge DD 2987 (1700 B).

Não se pode deixar de atentar que o mapa não apresenta traçada a linha de limite entre as duas nações, fazendo parecer, como era o desejo expansionista da Coroa Portuguesa, que todo esse território fronteiriço se encontrava sob seu domínio, a partir do avanço de suas tropas, o que poderia justificar uma futura negociação de fronteiras. E, de fato, essa pretensão ancorava-se no tratado assinado com a Inglaterra que prometera a futura anexação a Portugal de territórios espanhóis após a guerra. Como não se sabe a data de produção desse mapa, o mais provável é que ele tenha sido elaborado já na vigência do Tratado de Utrecht que pôs fim ao conflito. O documento estabelecia que territórios na Europa

poderiam ser trocados pela Colônia do Sacramento e, nesse caso, era interessante para Portugal também demonstrar o seu domínio sobre esta porção fronteiriça do território espanhol, em caso de ser necessário apontar um equivalente de troca.

O mais provável é que o mapa tenha sido produzido por volta do ano de 1724, quando D'Anville passou a colaborar com dom Luís da Cunha. Em 1723, estando em Paris, o embaixador recebeu ordens de Portugal para, sob a orientação do marquês de Abrantes, reunir tudo que dissesse respeito à organização das tropas francesas e seus uniformes e ninguém melhor que Hermand, engenheiro chefe do rei da França, para lhe assessorar nessa empreitada³⁴. Conseguiu em outubro que o duque de Orléans, então regente, autorizasse que o mesmo se pusesse a serviço de dom João V, passando os seus desenhos das tropas, uniformes e armamentos franceses para que fossem copiados³⁵. Por ordem do regente, Hermand interrompeu o trabalho que fazia de compilação de documentos sobre assuntos militares para serem usados na educação do delfim (depois Luís XV), para então se dedicar às encomendas do rei de Portugal³⁶. Na obra que fazia para o futuro rei contava com a ajuda de D'Anville³⁷, pois para deixá-lo a par das manobras militares, os mapas eram ferramentas indispensáveis para dar a ver as batalhas, os movimentos das tropas, a situação das fortificações. Guerra, geografia e cartografia eram temas constantemente interligados; é provável, portanto, que, D'Anville se dedicasse, nesse contexto, a desenhar, a pedido do embaixador, as manobras portuguesas em torno de Almeida e Ciudad Rodrigo.

Na correspondência de dom Luís da Cunha existem outros exemplos de como os mapas podiam ser veículos capazes de materializar, aos olhares distantes, o teatro das guerras e a esse uso da cartografia o embaixador não deixou de estar atento. Em suas diversas embaixadas, para que em Portugal se pudesse ter notícias mais claras dos campos onde se travavam as principais batalhas pela Europa, ficava atento a mapas que pudessem auxiliar nesse fim. “Geografia é palavra grega que significa descrever, desenhar ou pintar a terra. Ambíguo, o verbo significava simultaneamente descrever, desenhar e pintar. Portanto, mapas eram e são uma forma de ‘pintura do mundo’”³⁸. No ano de 1740, quando Frederico II da Prússia invadiu a Silésia, no contexto da Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748)³⁹, dom Luís enviou ao reino um “novo mapa da guerra de Silésia”. Dessa forma as autoridades portuguesas podiam acompanhar o que se passava com as tropas prussianas e austríacas na região. Porém, sabendo do poder que os mapas tinham para desvirtuar a realidade, advertiu “que as plantas das praças que o geógrafo lhe ajuntou não são tão fortes nem tão regulares como ele de sua cabeça as quis fazer”⁴⁰.

Em 1744, dom Luís despachou vários mapas de fortalezas militares que eram palcos de batalhas, no norte da Itália, novo teatro da Guerra da Sucessão Austríaca, como o da cidadela de Tortona, onde os espanhóis haviam aberto uma trincheira ao seu redor. O mapa que remeteu, juntamente com a memória explicativa do que se passava, serviria para ilustrar as movimentações militares que ocorriam na região, permitindo que, em Portugal, se pudesse ter uma idéia exata do cerco. Segundo ele, “que a dita fortaleza se pudesse defender quarenta dias, do que eu duvido. Se ela for atacada como agora se costuma, visto que o conde Gages tem toda a artilharia que era necessária para esta operação e entretanto o marechal Maillbois cobre o dito sitio, estando acampado a São Juliano”⁴¹. Suas observações esclareciam o que podia ser avistado no mapa em questão. Já sobre a vitória que os aliados alcançaram na Sardenha, no cerco da fortaleza de Conty, afirmou que “não poderei informar melhor a v.e. desse sucesso que mandando-lhe o mapa da mesma praça, que o jovem conde de Assumar, então residente em casa, tirou do rascunho que o comendador Solar me remeteu e com a relação que o príncipe de Conty mandou à corte”⁴². Seguiram ainda mais três pequenos mapas. Um representava “o mapa da praça de Fribourg com os ataques”⁴³, e outros dois eram de fortalezas situadas em Flandres – a de Menin e a de Ipres⁴⁴ – onde a guerra também chegara.

A associação entre cartografia e guerra é constante na correspondência de outros *savants* portugueses da época. Em 1727, foi a vez do marquês de Abrantes escrever a Francisco Mendes de Góis, que se encontrava em Paris servindo na embaixada portuguesa com dom Luís, especialmente encarregado das

compras régias, para que adquirisse alguns mapas para sua coleção. Entre outros tantos, encomendava um que “agora vi na gazeta, que em Holanda se estamparam plantas de Gibraltar, em Espanha, e de Cartagena em Índias, **como teatros da guerra presente**; [e] se chegaram a esta corte também folgarei de as ter **para compreensão das gazetas**”⁴⁵. As instruções do marquês ressaltam essa capacidade dos mapas de dar a ver o que acontecia no teatro do mundo, especialmente no que dizia respeito à guerra. O mapa permitiria ainda que ele visualizasse o que a gazeta veiculava a respeito das disputas, da movimentação das tropas. Um meio de informação complementando o outro.

O marquês ainda recomendou em outro de seus pedidos que

o que eu queria era uma carta dos Países Baixos, **iluminada ou lavada à moda de Holanda**, de sorte que as cores denotem o país que possui França, o imperador na Holanda e nas vizinhas Prússia, Liege, Colônia; uma carta de Europa, com distinção do que possui a casa de Áustria, os reis de Prússia e de Inglaterra⁴⁶.

A utilização de cores nos mapas para diferenciar as possessões de uma ou outra Coroa, como a sugerida pelo marquês de Abrantes, era expediente comum e evidenciava as intenções territoriais das diversas cortes europeias num século marcado pelas intenções expansionistas de cada uma delas, empreendidas por meio de guerras, fossem na Europa, fossem nos demais continentes, como era o caso da América. “As cores eram tão comumente partes integrantes do mapa que não podem ser desmerecidas como um ingrediente puramente decorativo”⁴⁷; nesse caso permitiam visualizar as pretensões territoriais de cada nação no continente europeu, ainda que tais territórios fossem descontínuos entre si. Numa outra missiva, o marquês, desta feita, pede “meia dúzia de folhas de papel que representem a Europa sem raias de cores, ou com elas postas”⁴⁸. Nesse caso, diferentemente dos mapas anteriores, onde a diversidade de cores era desejada para evidenciar as diferentes possessões que cada Coroa possuía nos cantões da Europa, preferia que os mapas viessem sem as raias divisórias. Dessa maneira ele afirma: teria à disposição mapas onde poderia “brincar” com as fronteiras, posicionando-as a seu bel prazer, configurando diferentes conformações nacionais, pois “o que queria era fazer daqueles nossos projetos sobre a carta, (...) como nós costumávamos discorrer, jogando xadrez”⁴⁹. Assim apontava para outro uso dado aos mapas no teatro das guerras europeias. Nesse caso, como num tabuleiro de xadrez⁵⁰, é o leitor/jogador, e não o produtor do mapa, que dispõe e muda as linhas que marcam as fronteiras nacionais. Num contexto de intensa rivalidade entre as nações, como foi o século XVIII, quando as guerras e, depois, os tratados de paz provocavam uma intensa mobilidade de territórios, um mapa sem as fronteiras demarcadas de antemão permitia que seu usuário simulasse os possíveis resultados das guerras e das negociações em curso. Assim, quando esses mapas sem as raias demarcatórias chegam a Lisboa, o marquês agradece ao amigo o fato de terem vindo junto com uma carta “cheia de notícias políticas que estimo e lhe agradeço, por se me representar com elas que estamos sobre a carta geográfica fazendo projetos”⁵¹.

Dom Luís da Cunha, que prezava a geografia e possuía amplo domínio sobre o assunto é bastante crítico em relação àqueles que não o tinham. Quando, em 1726, uma expedição moscovita se deslocava em direção ao mar Báltico, comenta que o duque Miguel José de Bournonville, embaixador da corte de Madri em Viena, dissera que o mais certo é que se destinasse ao mar Cáspio, a fim de sustentar as conquistas feitas na Pérsia, ao que ele respondera de forma jocosa “que bem poderia ser, mas que só se lhe oferecia uma pequena dificuldade, que era a de poder aquela armada passar ao dito mar que estava rodeado de grandes espaços de terra, reparo de que o duque ficara justamente envergonhado”. Sarcástico e sagaz, dom Luís comenta que “a vista disto eu o tenho por muito mau geógrafo, mas não é ignorante dos seus próprios interesses”⁵².

Guerra e diplomacia

Mapas eram importantes não só no teatro da guerra, mas no contexto das negociações diplomáticas que se seguiam a elas. Nesse aspecto, o Congresso de Utrecht (1712-1715) ocupou um ponto de inflexão decisivo no uso da cartografia como instrumento de persuasão política.

Em Utrecht, esse novo uso da cartografia em conjunto com documentos e relatos foi experimentado primeiramente pelos ingleses, quando estes, em dezembro de 1712, foram negociar com os franceses as terras em disputa na América do Norte. As ordens que os embaixadores franceses dispunham sobre quais territórios poderiam ser cedidos eram vagas e imprecisas, pois “a instrução não fala nada dos limites que devem dividir por terra a Nova França de um lado, e as possessões inglesas de outro”⁵³. Isso os colocou em desvantagem frente aos ingleses que, por sua vez, chegaram muito bem preparados, munidos de vários documentos, inclusive mapas. Para negociar, as duas delegações se basearam então numa carta que representava a Nova França, na América setentrional, “comunicada pelos ingleses, e na qual eles mesmos tinham traçado, com uma linha rosa, as bordas dos dois estados que eles pretendiam estabelecer desde as margens das terras de Labrador, a leste, até a costa do continente em direção oeste”. Os franceses informaram ao rei que, se fosse da sua vontade, a rainha da Inglaterra disponibilizaria o mesmo mapa aos franceses “para estes ali traçarem uma outra linha de cor diferente, que marque distintamente o terreno que nós devemos conservar”⁵⁴. Note-se aí, novamente, desta feita inserida no contexto do jogo diplomático, a utilização de raias coloridas para apontar os limites pretendidos por ambas as Coroas.

Pouco depois de terminadas as negociações entre ingleses e franceses, no início de 1713, chegou a vez dos últimos iniciarem suas negociações com os portugueses. A posição de Portugal sobre as terras em disputa entre as duas Coroas no norte do Brasil era de que a ele pertencia por direito todas as terras do Cabo do Norte, situadas entre o Amazonas e o rio de Vicente Pinzón, ou Oiapoque, e que a possessão dessas terras dava-lhe o direito exclusivo à navegação do rio Amazonas. Aos franceses caberia apenas o território ao norte do Oiapoque, ficando-lhes vedada a navegação do Amazonas. Os franceses, por seu turno, argüiam a dificuldade de identificar exatamente a localização exata desses acidentes geográficos.

O exame dos mapas produzidos por D'Anville e alguns pertencentes à sua coleção revelam que a questão era complexa e podia suscitar diversas interpretações. Num primeiro manuscrito, de sua autoria, intitulado *Carte huiée des embouchures de la rivière des Amazones et côtes voisines*⁵⁵, sem datação segura, mas que tudo indica tratar-se de cópia de um mapa português, pode-se ver claramente que o cartógrafo não utiliza como referencial para a demarcação dos limites o Cabo do Norte, mais ao sul, mas, a baía de Vicente Pinzón, mais ao norte; ambos são pontos geográficos distintos no mapa, o que aumenta a possessão portuguesa na área, cuja posse se justifica pela existência de um forte “que tomamos dos holandeses”, conforme aparece grafado no mapa. Uma comparação dessa mesma carta com a *Carte particuliere du cours de la rivière des Amazones ou de Maragnon*, de 1729, desenhada por D'Anville a partir de esboço do padre jesuíta Ignácio Reys, revela as dificuldades em relação à geografia local. Nela, o Cabo do Norte, a ilha de Carpori e a baía de Vicente Pinson (sic) são posicionadas no mesmo local. Observa-se que o cartógrafo representa os fortes portugueses da região, ainda que alguns, por essa época, ainda permanecessem em ruínas, como era o caso do Forte do Desterro ou do Exílio, demolidos pelos franceses no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola⁵⁶. Fica claro assim que ambos os mapas apresentam os acidentes geográficos que norteariam a linha divisória de formas distintas: na primeira, há uma separação entre, de um lado, a ilha e o cabo, posicionados mais ao sul e, de outro, a baía situada mais ao norte; na segunda, todos são coincidentes. Robert Dudley em sua *Carte de l'embouchure de l'Amazone*, separa a baía do cabo, mas não representa essa ilha⁵⁷. Qualquer dessas soluções teriam implicações evidentes no território pretendido pelos portugueses.

Ilustrativa é uma das versões impressas da *Carte de l'Amérique meridionale*, de D'Anville, de 1748, onde, sobre ela, grafou, em vermelho, três possíveis localizações da baía de Vicente Pinzón⁵⁸, sendo que

Júnia Ferreira Furtado

a adoção de qualquer uma delas teria impacto na demarcação da fronteira entre as duas Coroas (Mapa 3). A primeira identifica a baía com o cabo de Orange, onde se localiza a foz do rio Oiapoc; a segunda, com a ilha de Muracá mais ao sul; e a terceira, com o Cabo do Norte um pouco mais ao sul da anterior. A última opção, a menos desastrosa para os franceses, acabou sendo a utilizada na versão impressa do mapa, sendo que, na versão manuscrita da carta, D'Anville ensaiou os dois últimos posicionamentos da linha de limites. Mas, voltemos a Utrecht.



Mapa 3 – *Carte de l'Amérique meridionale*, D'Anville, de 1748BNF.

DCP. Ge DD 2987 (9168B)

A correspondência dos plenipotenciários franceses ao seu rei dá conta de que estes avaliaram que o estratagema dos ingleses de terem se preparado previamente reunindo documentos e principalmente mapas havia sido muito bem sucedido. Conforme confessariam mais tarde, consideraram que o mapa, apesar de produzido pelos adversários, os “conduzira com segurança”⁵⁹ durante a negociação. Por isso decidiram organizar a mesma estratégia para enfrentar os portugueses. Entre dezembro de 1712 e fevereiro de 1713, quando os representantes dessas duas Coroas finalmente se sentaram pela primeira vez à mesa de negociação, os franceses dispunham de mapas e documentos para sustentar suas posições, o que permitiu que insistissem no primado da cartografia para configurar o território situado entre o Amazonas e o Oiapoque. Como relataram a Luís XIV, “nós sobrepomos as cartas, nós medimos o terreno”⁶⁰.

Foi então a vez dos portugueses se espantarem com esse estratagema, copiado dos ingleses. Dom Luís da Cunha confessou a seus interlocutores no reino que, quanto às instruções dos franceses, eles ficaram “admirados [com] a miudeza delas e os documentos e mapas com que vinham autorizadas”⁶¹. Entre estes havia uma carta que mostrava claramente que o rio Pinzón se encontrava posicionado nas possessões francesas.

Se, desde o primeiro momento, dom Luis se impressionou com a meticulosidade das instruções que os embaixadores franceses haviam recebido, também não deixou de se queixar de como eram bem diferentes as que ele e o conde de Tarouca possuíam enquanto representantes de Portugal. Não sem razão, reclamou com o cardeal da Cunha que “nós nos achamos sem uma boa carta daquele estado”⁶². As ordens que vieram do reino, trazidas pelo conde, eram genéricas e ambíguas e, quando se sentaram para negociar, dom Luís se lamentou que o último chegara “sem uma boa carta do estado [do Maranhão], nem tampouco da parte do rio da Prata, com a explicação das terras que s.m. ali pretende pelo tratado de aliança, como também as cópias do que se passou sobre a Colônia do Sacramento”. Desolado, admitiu que “que não tínhamos algum documento ou mapa por onde possamos mostrar que a nossa posse daquela banda vai sempre seguindo o curso do rio”⁶³ Amazonas e completou: “Sempre imaginei que o conde de Tarouca vinha provido de todos estes documentos, pois as promessas dos tratados têm mais força quando são assistidas da mesma justiça”⁶⁴. Por justiça, dom Luís se referia a qualquer documento – mapas, tratados, relações – que justificassem a posse histórica de um território e a injusta ocupação do mesmo pela potência inimiga, como os que apresentaram os franceses em que o rio Pinzón se encontrava sob sua soberania. Em Utrecht, mapas começaram a ser utilizados, de forma cada vez mais sistemática, para justificar e definir as fronteiras negociadas entre nações rivais. Dom Luís ainda inquiriu José da Cunha Brochado, que já cuidara de negociações com a França em 1710, se ele tinha em seu poder algum documento ou mapa que lhes pudesse guiar, mas se viu frustrado nessa tentativa, pois o antigo embaixador também não havia sido municiado com tais documentos⁶⁵.

Ainda que, ao final, nas negociações de Utrecht, os portugueses tenham feito valer seus interesses territoriais frente aos franceses, a verdade é que a guerra acabou sendo vencida graças mais ao domínio que os representantes portugueses tinham no campo da diplomacia e dos antigos tratados, do que no da geografia ou da cartografia. Essa primeira batalha com os representantes da França foi lição que dom Luís Cunha levou por toda a vida. A partir de então, passou a advogar incessantemente o uso de mapas como indispensáveis para guiar as negociações diplomáticas que se seguiam às guerras e aos conflitos, insistindo na importância dos mesmos como instrumentos diplomáticos e reiterando sempre a necessidade de Portugal produzir uma cartografia precisa da América para municiar e justificar seus pleitos. Em suas diversas embaixadas que se seguiram a Utrecht, até sua morte em 1749, o embaixador pediu insistentemente que lhe fossem enviados mapas mais precisos que permitissem orientar as negociações em curso. Sua queixa da falta de mapas confiáveis que pudessem embasar a diplomacia fez com que não só defendesse a intensificação da produção cartográfica portuguesa, notadamente das regiões vitais ou fronteiriças na América – Centro-oeste, Minas Gerais, rio da Prata e bacia Amazônica –, mas também se tornou um colecionador de mapas e informações que pudessem ajudar na construção de uma cartografia portuguesa cada vez mais precisa. Em suas missivas às autoridades no reino insistia na necessidade de se construir uma base cartográfica sólida acerca dos territórios ocupados pelos portugueses na América e foi, em grande parte sob sua influência, que desde o segundo quartel do século XVIII, Portugal deu início a uma verdadeira febre cartográfica do Brasil, especialmente do interior do sudeste – das Minas Gerais – e das regiões da foz do rio da Prata e da bacia amazônica, para municiar seus representantes diplomáticos com informações precisas sobre as regiões em disputa. O embaixador contribuiu diretamente para essa produção cartográfica encetada pelos geógrafos portugueses, adquirindo no exterior instrumentos de precisão necessários ao estudo da astronomia e da cartografia – matérias totalmente imbricadas –, comprando livros sobre o assunto, acompanhando de perto as inovações nessas matérias divulgadas na Academia de Ciências de Paris e se associando a D'Anville com o intuito de produzir uma cartografia precisa do continente. A colaboração entre os dois, na produção da *Carte de l'Amérique Méridionale*, é o efeito mais acabado da importância que dedicava à questão.

Foi a percepção da transitividade entre território e mapas que levou dom Luís da Cunha a se tornar um ardente defensor da construção de um saber cartográfico sobre a América, constituído segundo um matiz português, o que permitiria deixar às claras as pretensões da Coroa e, no seu entendimento,

tornaria as negociações diplomáticas mais seguras e transparentes. Para ele, a centralidade do Brasil para o império e a necessidade de definir com precisão suas fronteiras, garantindo assim a soberania portuguesa no interior do continente, marcavam o século XVIII. Essa seria uma disputa que começara a ser travada no teatro das guerras europeias, mas que seria resolvida nas negociações diplomáticas no transcurso dos diversos congressos de paz, organizados na Europa na primeira metade do século XVIII. Se, no contexto da guerra, os mapas eram armas essenciais de estabelecimento e conhecimento das estratégias militares, no âmbito da diplomacia seriam armas poderosas de convencimento e persuasão política, dando a ver as fronteiras pretendidas e garantindo as expansões territoriais projetadas pelas diferentes Coroas europeias ao longo do século. É por esta razão que a *Carte de l'Amérique méridionale* apresentava um Brasil de feições continentais, cujas fronteiras se espraiavam até o interior do continente, adquirindo pela primeira vez um formato triangular, muito próximo de sua feição atual.

Notas

¹ Este artigo é parte da pesquisa intitulada “Oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil”, financiada pelo CNPq, Capes e Fapemig. O texto final desta pesquisa foi apresentado como Tese para o Concurso de Titular em História Moderna do Departamento de História da UFMG, em 2009, e atualmente encontra-se no prelo: FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

² Sobre Dom Luís da Cunha ver: CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; SILVA, Abílio Diniz. Introdução. In: CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas*. (Edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 9-117.

³ Bibliothèque Nationale de France (BNF). Département des Cartes et Plans (DCP) Ge C 11339 (rés). *Carte de l'Amérique Méridionale*, D’Anville, manuscrito de 1748.

⁴ O duque de Orléans era o primeiro príncipe de sangue do rei da França. Entre 1715 e 1723, foi regente durante a minoridade de Luís XV.

⁵ Para estudo mais completo do mapa e da colaboração entre o embaixador e o geógrafo, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia iluminista, op. cit.*

⁶ Oráculo: pessoa de grande autoridade ou saber; também resposta de um Deus a quem se consulta ou divindade que orienta. AUGÉ, Claude. *Petit Larousse Illustré*. Paris : Librairie Larousse, 1922; e FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. As palavras exatas de dom Luís da Cunha foram: “este é o Oráculo que S. Majestade nos foi buscar à Holanda”. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Legação dos Países Baixos. Caixa 789. *Apud*: CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal, op. cit.*, p.165.

⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. “O oráculo que Sua Majestade foi buscar”: Dom Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010. p. 373-400.

⁸ DACIER, M. *et alli. Notice des Ouvrages de M. D’Anville*, premier Géographe du Roi, Membre de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres... Paris: Imprimerie de Delance, 1802. p. 38.

⁹ CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat (marquis de). Éloge de M. D’Anville. In: CONDORCET O’CONNOR, Arthur e ARAGO, M. F. (Orgs.). *Oeuvres de Condorcet*. Paris: Firmin Didot Frères, 1847, v. 2, p. 536-537.

¹⁰ PEDLEY, Mary Sponberg. *The commerce of cartography: making and marketing maps in eighteenth-century France and England*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005; FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista, op. cit.*, cap.4.

¹¹ BORGES, João Vieira. *Conquista de Madri, 1706*. Portugal faz aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo. Lisboa: Tribuna, 2003. p. 6-8. (Coleção Batalhas de Portugal).

¹² O futuro Luís XV era neto, e não filho, de Luís XIV e na infância apresentou uma saúde delicada, o que gerava incertezas sobre a sucessão do trono.

¹³ BORGES, João Vieira. *Conquista de Madri, 1706, op. cit.*, p. 8-13.

¹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1640-1750]*. 2.ed. Lisboa: Verbo, 1982. v. 5, p. 223.

¹⁵ RAMOS, Rui (Coord.); VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p. 344.

¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1640-1750]*, *op. cit.*, p. 226.

- ¹⁷ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. p. 83-84.
- ¹⁸ “Passamos as dependências do Brasil mostrando aos ingleses (...) que era necessário que [a Espanha] se nos cedesse a propriedade como também a das terras que pedíamos na margem do rio da Prata e a restituição da Colônia do Sacramento, o que tudo procuramos somente para a segurança daquele estado em que os nossos aliados deviam estar sempre em grande cuidado e atenção e não pedíamos por ambição de lucro, pois bem viam que tínhamos naquelas regiões mais terras do que podíamos povoar.” ANTT. MNE. Livro 787. Cartas do Conde de Tarouca e de Dom Luis da Cunha as quais se continua a negociação de Utrecht para Diogo de Mendonça Corte Real, 1713, f.7, 6 de janeiro de 1713.
- ¹⁹ ALMEIDA, Luís Ferrand. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madri (1735-1750)*. Coimbra: INIC/ Universidade de Coimbra, 1990. p. 9.
- ²⁰ Chicago. Newberry Library. Vault box. Ayer MS 1918, doc. 552. D'ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon. Discussion géographique sur la ligne de Démarcation établie pour fixer des limites entre les découvertes du Portugal et celles de la Castille, 10 fólhos.
- ²¹ PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, p. 14-30, jan./jun. 2007.
- ²² O portulano é um tipo específico de mapa adaptado às necessidades da navegação marítima. Os acidentes do litoral podiam ser localizados a partir dos rumos magnéticos e do tempo percorrido na navegação, sem levar em conta latitudes e longitudes, apresentando linhas a serem percorridas de um ponto a outro situados na costa.
- ²³ ANTT. Ministério do Reino (MR), Decretamento de Serviços. Maço 58, n. 64, José da Silva Pais, marechal de campo, serviços de 1778.
- ²⁴ ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos. Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV-XIX). In: DIAS, Maria Helena (Org.). *Os mapas em Portugal: aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Cosmos, 1995. p. 65.
- ²⁵ ANTT. MR. Decretamento de Serviços. Maço 58, n.64, José da Silva Pais.
- ²⁶ “Envolvidos com a construção de complexos sistemas de defesa contra as armas de fogo, os engenheiros militares eram mais afeitos às questões da terra; ao contrário dos cosmógrafos mais afeitos às questões náuticas”. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo mundo. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Formas, sons, cores e movimento na modernidade atlântica*. Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008. p. 375.
- ²⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ²⁸ FERNANDES, Mário Gonçalves (Org.). *Manoel Azevedo Fortes: cartografia, cultura e urbanismo (1660-1749)*. Porto: GEDES, 2006.
- ²⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo mundo, *op. cit.*, p. 375-383.
- ³⁰ ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos. Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV-XIX), *op. cit.*, p. 67.
- ³¹ BNF. DCP. Ge DD 2987 (1700 B).
- ³² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1640-1750]*, *op. cit.*, p. 228.
- ³³ MARQUES, A. H. Oliveira. *História de Portugal*. Do Renascimento às Revoluções Liberais. Lisboa: Editorial Presença, 1998. v. II, p. 363.
- ³⁴ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. La collection royale portugaise. In: MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse e PRÉAUD, Maxime (Orgs.). *Catalogues de la collection d'Estampes de Jean V, roi de Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisbonne/ Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Bibliothèque Nationale de France/ Fundação da Casa de Bragança, 2003. p. 59. ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luís da Cunha, livro 792, f. 333, Paris 23 de agosto de 1723.
- ³⁵ Lisboa. Biblioteca da Academia de Ciências (BAC). Manuscrito 592, série azul.
- ³⁶ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. La collection royale portugaise, *op. cit.*, p. 59. ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luís da Cunha, livro 792, f. 451-452, Paris 8 de novembro de 1723.
- ³⁷ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. La collection royale portugaise, *op. cit.*, p. 59.
- ³⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo, *op. cit.*, p. 375-384.
- ³⁹ A morte de Carlos VI, imperador da Áustria precipitou o conflito, pois legara sua coroa à sua filha Maria Teresa, o que foi contestado pela Prússia, Baviera e Espanha, sob domínio Habsburgo.
- ⁴⁰ ANTT. MNE. CARTA de dom Luís da Cunha para o reino, ano 1740 ou 1741. Caixa 2, maço 2, doc.159.
- ⁴¹ ANTT. MNE. Caixa 561. M.E III A.Fr.C2. n. 213. 30 de agosto de 1745.
- ⁴² ANTT. MNE. Caixa 561. M.E III A.Fr.C2. n. 159, 12 de outubro de 1744.

- ⁴³ ANTT. MNE. Caixa 561. M.E III A.Fr.C2. n. 171. 2 de novembro de 1744
- ⁴⁴ ANTT. MNE. Caixa 561. M.E III A.Fr.C2. n. 118. 15 de junho de 1744. “Plan de Menin, Vile fort em Flandre [située sur la Lis]. A Paris, Chez le sr. De Fer sur le quay de l’Orloge du Palais a la Sphere Royale”. ANTT. MNE. Caixa 561. M.E III A.Fr.C2. n.108. 15 de junho de 1744. Pequeno mapa da fortaleza de IPRES, “ville forte des Pais Bas du comté de Flandre, située sur la petite riviere d’Iperle, a 49 degrez 55 minutes de latitude et a 24 degrees 5 minutes de longitude elle est a la reine d’Hongrie au present”.
- ⁴⁵ ANTT. MNE. Caixa 1, maço 5, Doc.17. CARTAS do Marquês do Abrantes para Francisco Mendes de Góis, Madri, 28 de abril de 1727. (grifos meus)
- ⁴⁶ ANTT. MNE. Caixa 1, maço 5, Doc.17. CARTAS do Marquês do Abrantes para Francisco Mendes de Góis, Madri, 28 de abril de 1727. (grifos meus)
- ⁴⁷ PEDLEY, Mary. *The commerce of cartography: making and marketing maps in eighteenth-century France and England*, *op. cit.*, p. 67.
- ⁴⁸ ANTT. MNE. Caixa 1, maço 5, Doc.19, Madri, 5 de maio de 1727.
- ⁴⁹ ANTT. MNE. Caixa 1, maço 5, Doc.19, Madri, 5 de maio de 1727.
- ⁵⁰ Essa ideia da política como um jogo de xadrez também é empregada por dom Luís quando escreve: “Jogue o marquês o xadrez com seus escudeiros de Abrantes e sirva v.m. [Francisco Mendes de Góes a] el rei, até que lhe dê com ter um pedaço de pão para a velhice, este é o meu conselho”. ANTT. MNE. Caixa 1, maço 2, Doc.74. Minutas de cartas de dom Luis da Cunha para Francisco Mendes de Góes, 25 de dezembro de 1727.
- ⁵¹ ANTT. MNE. Caixa 1, maço 5, Doc.66. CARTAS do Marquês do Abrantes para Francisco Mendes de Góis, Madri, 13 de setembro de 1728.
- ⁵² ANTT. MNE. Caixa 789, f. 152v. CÓPIA de cartas de dom Luis da Cunha para a corte de Lisboa, escritas de Bruxelas de 4 de janeiro até 27 de dezembro de 1726, 18 de outubro.
- ⁵³ Paris. Archive des Affaires Étrangères (AAE). *Correspondence Politique. Hollande 239, f.141-144, Os plenipotenciários franceses ao rei, 6 décembre, 1712. Apud: BÉLY, Lucien. Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV. Paris: Fayard, 1990, p. 718.*
- ⁵⁴ AAE. *Correspondence Politique. Hollande 239, f.141-144, os plenipotenciários franceses ao rei, 6 décembre, 1712. Apud: BÉLY, Lucien. Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV, op. cit., p. 718.*
- ⁵⁵ BNF. DCP. Ge DD 2987 (9549).
- ⁵⁶ BNF. DCP. Ge DD 2987 (9550).
- ⁵⁷ BNF. DCP. Ge DD 2987 (9551).
- ⁵⁸ BNF. DCP. Ge DD 2987 (9168B).
- ⁵⁹ AAE. *Correspondence Politique. Hollande 239, f.141-144, os plenipotenciários franceses ao rei, 6 décembre, 1712. Apud: BÉLY, Lucien. Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV, op. cit., p. 718.*
- ⁶⁰ AAE. *Correspondence Politique. Hollande 248, os plenipotenciários franceses ao rei, 10 de février 1713. Apud: BÉLY, Lucien. Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV, op. cit., p.718.*
- ⁶¹ ANTT. MNE. Livro 787, f.20, 14 de fevereiro de 1713. (grifo meu).
- ⁶² Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL). Reservados. Cód.11.209. Cartas de dom Luis da Cunha para cardeal da Cunha – inquisidor geral, f.282v, Utrecht, 2 de outubro de 1712.
- ⁶³ BNL. Reservados. Cód.11.209. Cartas de dom Luis da Cunha para cardeal da Cunha – inquisidor geral, f.310, Utrecht, 13 de abril de 1713.
- ⁶⁴ BNL. Reservados. Cód.11.209, Cartas de dom Luis para cardeal da Cunha – inquisidor geral, f. 282v, Utrecht, 2 de outubro de 1712.
- ⁶⁵ ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portuguesas e secretários de Estado. Livro 786, Carta de Dom Luís da Cunha para Diogo de Mendonça Corte Real, f.403, Paris 2 de setembro de 1712; e ANTT. Manuscritos da Livraria. Maço 638, Correspondência de Jose da Cunha Brochado com dom Luis da Cunha, carta 64, 24 de fevereiro de 1713.

Referências

Fontes

Bibliothèque Nationale de France (BNF). Département des Cartes et Plans (DCP):

Ge C 11339 (rés).

Ge DD 2987 (1700 B).

Ge DD 2987 (9549).

Ge DD 2987 (9550).
Ge DD 2987 (9551).
Ge DD 2987 (9168B).

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT):

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

Livro 786. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado.
Livro 787. Cartas do Conde de Tarouca e de Dom Luis da Cunha.
Livro 792. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado.
Caixa 1, maço 2, Doc.74. Minutas de cartas de dom Luis da Cunha para Francisco Mendes de Góes.
Caixa 1, maço 5, Doc.17. Cartas do marquês do Abrantes para Francisco Mendes de Góis.
Caixa 1, maço 5, Doc.19.
Caixa 1, maço 5, Doc.66. Cartas do marquês do Abrantes para Francisco Mendes de Góis.
Caixa 2, maço 2, doc.159.
Caixa 561. M.E III A.Fr.C2.
Caixa 789. Legação dos Países Baixos.

Ministério do Reino (MR). Decretamento de Serviços.

Maço 58, n.64, José da Silva Pais, marechal de campo, serviços de 1778.
Manuscritos da Livraria. Maço 638, Correspondência de Jose da Cunha Brochado com dom Luis da Cunha.

Paris. Archive des Affaires Étrangères (AAE). Correspondence Politique:

Hollande 239.
Hollande 248.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL). Reservados:

Cód.11.209. Cartas de dom Luis da Cunha para cardeal da Cunha – inquisidor geral.

Lisboa. Biblioteca da Academia de Ciências (BAC):

Manuscrito 592, série azul.

Chicago. Newberry Library:

Vault box. Ayer MS 1918, doc.552. D'ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon. Discussion géographique sur la ligne de Démarcation établie pour fixer des limites entre les découvertes du Portugal et celles de la Castille, 10 fólhos.

Referências bibliográficas

ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos. Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV-XIX). In: DIAS, Maria Helena (Org.). *Os mapas em Portugal: aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Cosmos, 1995,

ALMEIDA, Luís Ferrand. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madri (1735-1750)*. Coimbra: INIC/ Universidade de Coimbra, 1990.

AUGÉ, Claude. *Petit Larousse Illustré*. Paris: Librairie Larousse, 1922.

BÉLY, Lucien. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1990.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo

mundo. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Formas, sons, cores e movimento na modernidade atlântica*. Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008. p. 375-384.

_____. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: USP, 2003. (Tese, doutoramento em Arquitetura e Urbanismo).

BORGES, João Vieira. *Conquista de Madri, 1706*. Portugal faz aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo. Lisboa: Tribuna, 2003. (Coleção Batalhas e Portugal)

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat (marquis de). Éloge de M. D'Anville. In: CONDORCET O'CONNOR, Arthur e ARAGO, M. F. (Orgs.). *Oeuvres de Condorcet*. Paris: Firmin Didot Frères, 1847.

CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

DACIER, M. *et alli. Notice des Ouvrages de M. D'Anville, premier Géographe du Roi, Membre de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres...* Paris: Imprimerie de Delance, 1802.

FERNANDES, Mário Gonçalves (Org.). *Manoel Azevedo Fortes: cartografia, cultura e urbanismo (1660-1749)*. Porto: GEDES, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. "O oráculo que Sua Majestade foi buscar": Dom Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010. p. 373-400.

_____. *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2011. (no prelo)

MARQUES, A. H. Oliveira. *História de Portugal*. Do Renascimento às Revoluções Liberais. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. La collection royale portugaise. In: MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse e PRÉAUD, Maxime (Orgs.). *Catalogues de la collection d'Estampes de Jean V, roi de Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Bibliothèque Nationale de France/ Fundação da Casa de Bragança, 2003. v. 1, p. 45-227.

PEDLEY, Mary Sponberg. *The commerce of cartography: making and marketing maps in eighteenth-century France and England*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

_____. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.23, n.37, p.14-30, jan./jun.2007.

RAMOS, Rui (coord.); VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal [1640-1750]*. 2.ed. Lisboa: Verbo, 1982. v. 5.

SILVA, Abílio Diniz. Introdução. In: CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas*. (Edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p.9-117.